

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Movimentos sociais como arenas de coexistência geracional: uma proposta analítica

André Luiz da Silva Sobrinho

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18064>

Submetido em: 2026-09-14

Postado em: 2026-10-09 (versão 2)

(AAAA-MM-DD)

Justificativa da versão: Esta segunda versão do manuscrito incorpora uma referência bibliográfica adicional, acompanhada de sua respectiva citação no corpo do texto, com o objetivo de ampliar o diálogo com a literatura pertinente ao tema. A alteração não modifica os objetivos, os procedimentos metodológicos, os resultados ou as conclusões do estudo.

Movimentos sociais como arenas de coexistência geracional: uma proposta analítica

André Luiz da Silva Sobrinho

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, Brasil

E-mail: andrelsobrinho@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9986-1833>

Resumo

O artigo explora o potencial analítico da categoria geração para os estudos dos movimentos sociais e propõe compreendê-los como arenas de coexistência geracional. Em diálogo com Mannheim e teorias da ação coletiva, examina como gerações políticas coexistentes recebem e reelaboram frames, repertórios e heranças. A partir de pesquisa qualitativa sobre as lutas pelo direito à saúde no Brasil, identifica três configurações geracionais e mostra que continuidades, conflitos e ressignificações revelam uma dimensão histórico-temporal da agência e ajudam a explicar a transformação da luta sem ruptura necessária com seus legados.

Palavras-chave: gerações; geração política; movimentos sociais; ação coletiva; coexistência geracional.

Social movements as arenas of generational coexistence: an analytical proposal

Abstract

The article explores the analytical potential of generation in social movement studies and proposes understanding movements as arenas of generational coexistence. Drawing on Mannheim and collective action theories, it examines how coexisting political generations receive and rework frames, repertoires and legacies. Based on qualitative research on struggles for the right to health in Brazil, it identifies three generational configurations and shows that continuities, conflicts and reinterpretations reveal a historical-temporal dimension of agency and help explain change without necessarily breaking with inherited legacies.

Keywords: generations; political generation; social movements; collective action; generational coexistence.

1. Introdução

Os estudos sociológicos dos movimentos sociais constituíram, especialmente a partir da segunda metade do século XX, um campo teórico diversificado para explicar a emergência da ação coletiva, os processos de mobilização, as relações entre atores e adversários, a construção de identidades, os modos de interpretar conflitos e as formas disponíveis de fazer política. Diferentes tradições teóricas atribuíram maior ou menor centralidade à organização, aos recursos, às oportunidades políticas, à cultura, à subjetividade e à produção de significados. No interior desse debate, conceitos como identidade coletiva, quadros interpretativos e repertórios de ação tornaram-se instrumentos importantes para compreender a dinâmica dos atores em

movimento (GOHN, 1997, 2014; MELUCCI, 1999; BENFORD; SNOW, 2000; TARROW, 2009; TILLY, 2010).

Uma dimensão, entretanto, permanece comparativamente pouco explorada: a localização geracional dos atores da ação coletiva. A geração está presente de maneira quase autoevidente nos movimentos sociais, uma vez que seus integrantes são sujeitos biográficos que ingressam, permanecem e se deslocam nas lutas em diferentes tempos históricos. Apesar disso, muitas vezes a condição geracional permanece implícita nas análises ou aparece identificada com uma categoria etária determinada, sobretudo com a juventude. Desse modo, privilegia-se o estudo da participação política dos jovens sem que a própria geração seja necessariamente tomada como categoria para interpretar o processo histórico mais amplo da ação coletiva. A pesquisa que fundamenta este artigo parte precisamente dessa lacuna: poucas abordagens dos movimentos sociais conferem centralidade analítica ao pertencimento geracional para compreender comportamentos, práticas e transformações das agendas.

Esse diagnóstico, contudo, precisa ser hoje qualificado à luz de uma produção recente, especialmente latino-americana. Estudos sobre gerações políticas no feminismo do Equador e do Peru têm relacionado contexto, agência e temporalidade (COE, 2023, 2024); a análise do *Ni Una Menos* argentino enfatiza renovação e cooperação intergeracional, mostrando como ativistas experientes e jovens compartilham espaços, frames e repertórios (FRIEDMAN; RODRÍGUEZ GUSTÁ, 2023). No Brasil, pesquisas recentes sobre coletivos juvenis e movimentos de juventude rural também registram mudanças geracionais nas formas organizativas e nos repertórios de ação (GOHN, 2025; SILVA JÚNIOR; MOURA, 2023). O presente artigo se insere nessa agenda emergente, deslocando a atenção da simples sucessão ou renovação para a coexistência de gerações políticas no interior de uma mesma luta social.

O problema é relevante porque movimentos sociais que atravessam períodos extensos não são constituídos apenas pela sucessão de diferentes grupos de atores. As gerações se sobrepõem. Militantes formados em diferentes conjunturas políticas continuam atuando simultaneamente, disputando interpretações, transmitindo experiências, mobilizando repertórios aprendidos, ocupando posições institucionais e confrontando-se com gerações mais recentes. A história de uma luta social não consiste, portanto, na substituição mecânica de velhos atores por novos. Ela é também uma história de coexistência geracional.

Essa perspectiva permite formular a questão central deste artigo: em que medida a categoria geração pode ampliar a capacidade explicativa dos estudos sociológicos dos movimentos sociais? Mais especificamente, interessa indagar como diferentes gerações

políticas, coexistindo no interior de uma mesma luta social, participam da construção e da transformação de quadros interpretativos, repertórios, linguagens e horizontes de ação.

O argumento aqui desenvolvido é que os movimentos sociais podem ser compreendidos como arenas de coexistência geracional. Nelas, atores localizados em diferentes experiências histórico-sociais enfrentam situações comuns a partir de estoques distintos de experiências e referências, ainda que compartilhem identidades, adversários ou projetos políticos. A geração não determina a conduta dos atores e tampouco substitui outras categorias, como classe, gênero, raça ou posição institucional. Seu potencial heurístico reside em tornar sociologicamente visível uma dimensão histórico-temporal da agência.

Nesse sentido, sustenta-se que os atores sociais são também atores situados geracionalmente. Sua localização geracional participa da constituição dos quadros através dos quais interpretam os acontecimentos, identificam problemas, atribuem responsabilidades, reconhecem oportunidades, projetam futuros e avaliam formas legítimas ou eficazes de ação. Essa hipótese constitui um dos eixos centrais da pesquisa que dá origem ao artigo.

A argumentação será desenvolvida em três movimentos. Inicialmente, recupera-se a tradição sociológica do conceito de geração, especialmente a contribuição de Karl Mannheim, para delimitar a noção de geração política. Em seguida, essa formulação é colocada em diálogo com conceitos oriundos das teorias dos movimentos sociais, especialmente identidade coletiva (MELUCCI, 1999, 2001), frames (BENFORD; SNOW, 2000), repertórios (TILLY, 2010) e oportunidades políticas (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009; TARROW, 2009). Por fim, examina-se sua capacidade interpretativa a partir das lutas pelo direito à saúde no Brasil, nas quais se identificam diferentes gerações políticas coexistindo entre a redemocratização e as primeiras décadas do século XXI.

A proposta não é formular uma teoria geracional dos movimentos sociais, nem conferir à geração capacidade explicativa exclusiva. Busca-se algo mais circunscrito: demonstrar que a dimensão geracional pode funcionar como uma lente complementar às abordagens existentes e, sobretudo, ajudar a explicar as relações entre temporalidade, experiência, continuidade e mudança na ação coletiva.

2. Da idade à geração política: experiência, temporalidade e ação

Uma das dificuldades no uso sociológico do conceito de geração reside em sua proximidade semântica com idade. No uso cotidiano, falar em uma nova geração significa

frequentemente referir-se aos jovens, enquanto gerações anteriores são associadas às pessoas mais velhas. A operação sociológica exige, entretanto, distinguir as duas categorias.

A idade articula temporalidade biográfica e classificação social (EISENSTADT, 1976; BALANDIER, 1977; BOURDIEU, 1983; DEBERT, 1998; BRITTO DA MOTTA, 2004, 2007; MÜLLER, 2009). As sociedades constroem expectativas, direitos, proibições, papéis e instituições segundo diferentes momentos do curso da vida. Geração, por sua vez, acrescenta outra dimensão: vincula os indivíduos não apenas ao tempo biográfico, mas ao tempo histórico. Enquanto a idade de um indivíduo muda continuamente, sua localização geracional remete à inserção em uma experiência coletiva situada histórica e socialmente (BRITTO DA MOTTA, 1999; BRITTO DA MOTTA; WELLER, 2010; FEIXA; LECCARDI, 2010; FEIXA, 2014).

É em Karl Mannheim que essa questão adquire uma formulação sociológica particularmente fecunda. No clássico ensaio sobre o problema das gerações, o autor procura escapar simultaneamente do positivismo que tratava as gerações como unidades cronológicas e do subjetivismo que reduziria sua existência à experiência individual. A proximidade de nascimento proporciona uma posição geracional, isto é, uma localização comum no processo histórico-social; essa posição delimita possibilidades de experiência, mas não basta, por si mesma, para constituir uma geração socialmente efetiva (MANNHEIM, 1952, 1982).

A geração adquire consistência sociológica quando determinados acontecimentos atingem indivíduos situados em posições cronologicamente próximas e produzem formas compartilhadas de experimentar e interpretar o mundo. Não se trata de afirmar que todos aqueles que nasceram no mesmo período pensam igualmente. O fundamental é que determinados acontecimentos, ideias e conflitos estão disponíveis àquela geração em um momento particular de sua trajetória, produzindo condições específicas de apropriação da realidade.

Essa distinção é crucial. A categoria geração não pode ser empregada como uma forma sofisticada de classificar pessoas por idade. Seu interesse está na articulação entre posição histórica e experiência social. Os acontecimentos não constituem simplesmente uma exterioridade à qual os indivíduos reagem: eles são interpretados a partir das experiências acumuladas, das correntes intelectuais disponíveis, dos processos de socialização e das posições sociais ocupadas.

Mannheim introduz, por isso, a noção de unidades geracionais. Uma mesma geração pode conter grupos que respondem de maneira distinta, e até antagônica, às situações históricas que compartilham. A geração não constitui um grupo concreto nem pressupõe homogeneidade ideológica. Diferentes unidades geracionais podem disputar o significado de acontecimentos

vividos em comum. A pesquisa mobilizada neste artigo incorpora essa precaução justamente para evitar qualquer determinismo geracional: sujeitos localizados em uma mesma geração podem ocupar posições políticas distintas, produzir interpretações antagônicas e perseguir finalidades divergentes.

É a partir dessa tradição que propomos a noção de geração política como ferramenta teórico-metodológica. Ela permite observar como conjuntos de atores reconhecem determinados acontecimentos como referências de sua experiência de participação pública e, a partir deles, constroem símbolos, discursos, práticas, memórias e expectativas em relação à ação coletiva. A análise não parte apenas da idade cronológica: procura identificar os eventos considerados significativos pelos próprios atores, os processos de socialização política que atravessaram suas trajetórias e as formas pelas quais situam sua atuação em relação a gerações anteriores e posteriores.

Assim compreendida, a geração política pode ser definida como uma posição histórico-social compartilhada por atores que, formados sob determinadas experiências e acontecimentos politicamente significativos, constroem quadros de referência a partir dos quais atribuem sentido à ação coletiva.

Essa formulação encontra interlocução recente em estudos que retomam Mannheim para compreender a formação de gerações políticas em movimentos feministas do Equador e do Peru a partir da interação entre contexto político e agência (COE, 2023). Em trabalho posterior, a temporalidade é tratada como recurso mobilizado por diferentes gerações para construir visões de longo prazo, reforçando a importância de articular posição geracional, agência e projeções de futuro (COE, 2024).

Essa definição contém pelo menos três precauções analíticas. A primeira consiste em não confundir geração com uma faixa etária rígida. A segunda é recusar a pressuposição de homogeneidade intrageracional. A terceira é compreender a geração sempre em relação: uma posição geracional se torna sociologicamente visível nas interações entre atores, temporalidades e experiências distintas.

O aspecto relacional é fundamental porque gerações não atuam isoladamente. Ao ingressar numa luta já existente, uma nova geração encontra instituições, linguagens, memórias, recursos, organizações e repertórios produzidos anteriormente. Existe, portanto, uma herança da ação coletiva. Ela pode ser incorporada, rejeitada ou transformada. De igual maneira, gerações anteriores não desaparecem necessariamente quando novas gerações chegam ao movimento. Podem permanecer ativas, ocupar posições de autoridade, controlar recursos materiais ou simbólicos e participar das disputas sobre os sentidos da luta.

É exatamente essa justaposição que desloca o conceito de geração de uma perspectiva baseada apenas na sucessão para uma análise da coexistência. A história das lutas sociais pode ser entendida como uma trama na qual diferentes temporalidades convivem no presente. Os atores não chegam a esse presente carregando o mesmo passado, e tampouco imaginam necessariamente o mesmo futuro. A pesquisa que fundamenta este artigo indica que gerações imersas na mesma estrutura histórico-social podem mover-se de maneira distinta porque se encontram diferentemente localizadas no tempo social.

Consequentemente, a coexistência entre gerações pode produzir cooperação, transmissão, negociação, hierarquia, conflito ou ruptura. É nesse terreno que o conceito se aproxima decisivamente da sociologia dos movimentos sociais.

3. Movimentos sociais como arenas de coexistência geracional

Definir movimentos sociais como arenas de coexistência geracional exige evitar duas simplificações. A primeira seria tratar um movimento como sujeito perfeitamente unitário, portador de uma consciência única. A segunda consistiria em fragmentá-lo de tal maneira que se perdesse a existência de identidades, adversários e objetivos compartilhados.

A concepção relacional de identidade coletiva oferece uma contribuição importante para enfrentar esse problema. Aquilo que empiricamente denominamos movimento social pode ser compreendido como resultado de um sistema de relações que conecta orientações, objetivos e níveis diversos da ação. A aparente unidade do ator coletivo é produzida por processos contínuos de negociação, intercâmbio e decisão; a identidade coletiva, portanto, não é uma essência, mas um processo (MELUCCI, 1999, 2001).

Essa concepção é particularmente compatível com uma perspectiva geracional. Se a identidade coletiva é continuamente negociada, pode conter atores que compartilham o reconhecimento da luta, mas cuja socialização política ocorreu em momentos distintos. A unidade do movimento não exige uma única experiência temporal. Uma mesma identidade coletiva pode reunir diferentes experiências geracionais da luta.

A geração introduz, assim, uma camada de heterogeneidade interna que não dissolve a ação coletiva, mas ajuda a explicar suas dinâmicas. As gerações podem compartilhar o adversário, mas conferir ênfases distintas ao conflito; reconhecer uma mesma reivindicação, mas formular diferentes estratégias; ou compartilhar um horizonte normativo amplo enquanto disputam as formas de alcançá-lo.

Essa leitura aproxima Mannheim de Melucci. A noção de unidades geracionais permite compreender diferenciações internas de atores submetidos a situações históricas semelhantes;

a noção melucciana de identidade coletiva, por sua vez, permite analisar como tais diferenças podem permanecer articuladas no interior de um sistema de ação. A pesquisa original procura exatamente essa conexão: as unidades geracionais interagem dentro e fora da própria geração, produzindo aspirações, finalidades e meios diversos em resposta a problemas comuns.

A sociologia da ação acrescenta a dimensão da historicidade: movimentos sociais não apenas respondem a contextos, mas disputam orientações culturais e participam da produção da sociedade sobre si mesma (TOURAINÉ, 1969, 2012). Sob esse prisma, a coexistência geracional interessa porque atores formados em conjunturas distintas participam dessa produção com experiências, linguagens e horizontes temporalmente diferenciados.

Estudo sobre o Ni Una Menos na Argentina mostra empiricamente que renovação não implica substituição de ativistas mais experientes por jovens, mas pode resultar de processos de aprendizado, mediação e cooperação intergeracional (FRIEDMAN; RODRÍGUEZ GUSTÁ, 2023). O achado é convergente com a perspectiva aqui proposta, embora o foco deste artigo esteja menos na renovação de uma geração por outra e mais na coexistência prolongada de gerações políticas no interior de uma mesma arena de ação coletiva.

Essa leitura também pode ser situada no debate contemporâneo sobre a reconfiguração dos movimentos sociais em contextos de crise. As experiências da pandemia evidenciaram novas expressões de ação social, solidariedade e protesto, bem como disputas em torno de futuros possíveis (BRINGEL; PLEYERS, 2022). Em chave convergente, a mudança social é tratada como processo não linear, o que recomenda observar como movimentos atuam em contextos polarizados (PLEYERS, 2024). Embora esses trabalhos não tenham a geração como eixo analítico, ajudam a reforçar uma premissa deste artigo: transformações na ação coletiva não decorrem de simples substituição de formas ou atores, mas podem envolver sobreposições, recombinações e disputas entre experiências, práticas e horizontes históricos.

3.1 Frames: gerações também interpretam

A dimensão interpretativa da ação coletiva constitui outro ponto privilegiado para inserir a variável geracional. Inspirada inicialmente na obra de Goffman, a noção de frame foi amplamente incorporada aos estudos dos movimentos sociais para designar os processos por meio dos quais atores interpretam acontecimentos e organizam cognitivamente a experiência (GOFFMAN, 2012).

Em Goffman, os quadros permitem aos indivíduos responder à questão sobre o que está acontecendo numa determinada situação. Trata-se de princípios de organização da experiência por meio dos quais acontecimentos se tornam inteligíveis e orientam comportamentos. Nos

estudos dos movimentos sociais, Snow e Benford ampliam essa contribuição para a ação coletiva.

Nos estudos dos movimentos sociais, os quadros de ação coletiva são construídos por meio da produção e negociação de crenças e significados compartilhados. Tais processos cumprem tarefas fundamentais: um enquadramento diagnóstico, que define o problema e suas causas; um enquadramento prognóstico, que formula soluções e estratégias; e um enquadramento motivacional, que produz razões para o engajamento (BENFORD; SNOW, 2000).

A introdução da variável geracional permite perguntar: atores pertencentes a gerações diferentes diagnosticam necessariamente um problema da mesma maneira? Percebem os mesmos adversários? Reconhecem como eficazes as mesmas estratégias? Mobilizam as mesmas linguagens para convencer outras pessoas a agir?

A hipótese é que os enquadramentos não sejam necessariamente os mesmos. Se os frames são construídos a partir da experiência interpretada e se gerações diferentes carregam experiências histórico-sociais diferentes, então os enquadramentos da ação coletiva podem apresentar modulações geracionais. A pesquisa que fundamenta este artigo explicita essa conexão ao considerar que frames elaborados a partir de uma situação comum também podem ser modulados pelas diferentes gerações presentes num movimento social.

Isso não implica que cada geração produza um frame totalmente distinto. A literatura sobre master frames mostra a existência de quadros interpretativos suficientemente abrangentes para conectar atores e movimentos diversos (SNOW; BENFORD, 1992). Direitos, igualdade ou democracia, por exemplo, podem fornecer gramáticas amplas de mobilização.

A coexistência geracional permite acrescentar que *master frames* também podem funcionar como mecanismos de continuidade temporal. Gerações diferentes podem mobilizar um mesmo quadro amplo e, simultaneamente, modificar seus conteúdos específicos. Um frame pode sobreviver porque é transmitido e ressignificado, e não porque permanece imutável.

3.2 Repertórios: herança, aprendizado e inovação

A mesma questão aparece quando passamos dos modos de interpretar aos modos de fazer. A categoria de repertório de ação coletiva permite compreender conjuntos historicamente disponíveis de formas de reivindicação e contestação; repertórios são aprendidos, compartilhados e limitados pela experiência histórica (TILLY, 2010). Em revisão conceitual, podem ser sintetizados como os modos disponíveis de fazer política em determinado tempo (ALONSO, 2012).

Essa historicidade torna o conceito particularmente fértil para a perspectiva geracional. Ninguém ingressa numa luta em um terreno vazio de práticas. Marchas, ocupações, assembleias, abaixo-assinados, campanhas, conferências, redes digitais ou intervenções culturais possuem histórias. Foram testadas, transmitidas e aprendidas.

A pesquisa toma precisamente esse ponto como uma ponte para o problema geracional. Repertórios podem repetir-se quando continuam sendo avaliados pelos atores como eficazes; podem perder efetividade; podem ser combinados com novas formas de ação. No interior de uma luta extensa, é possível encontrar diferentes repertórios coexistindo porque diferentes atores geracionais avaliam, aprendem e atualizam de maneira distinta os modos disponíveis de agir. Nesse sentido, a transmissão intergeracional de repertórios não equivale à reprodução. É possível pensar três operações: transmissão (TOMIZAKI, 2010), resignificação e inovação.

A transmissão ocorre quando formas de ação aprendidas por gerações anteriores continuam sendo incorporadas. A resignificação acontece quando uma forma conhecida adquire novo sentido num contexto distinto. A inovação surge quando mudanças tecnológicas, organizacionais ou culturais oferecem possibilidades anteriormente inexistentes ou pouco utilizadas.

Mas a inovação tampouco deve ser automaticamente atribuída às gerações mais jovens. Gerações mais antigas continuam capazes de aprender, apropriar-se de novas ferramentas e redefinir suas práticas. Do mesmo modo, novas gerações podem recuperar repertórios aparentemente antigos quando estes voltam a parecer adequados. É justamente por isso que o foco na coexistência, e não numa sucessão evolucionista, é analiticamente produtivo.

3.3 Oportunidades políticas não são geracionalmente neutras

A perspectiva do confronto político acrescenta outro problema. Oportunidades e restrições políticas dizem respeito a características do ambiente que alteram as expectativas dos atores sobre as possibilidades de êxito da ação (TARROW, 2009).

Entretanto, um mesmo arranjo institucional não precisa possuir o mesmo significado para diferentes gerações. Instâncias participativas, por exemplo, podem ser percebidas como extraordinárias oportunidades políticas por uma geração que lutou pela abertura democrática e como estruturas excessivamente burocratizadas por atores socializados num contexto em que tais instituições já se encontravam consolidadas.

A pesquisa formula essa questão ao indagar se aquilo que se apresentou como oportunidade para uma geração pode aparecer como restrição para outra. Essa hipótese permite acrescentar à abordagem das oportunidades políticas um elemento interpretativo. O ambiente

institucional impõe limites e abre possibilidades objetivas, mas tais oportunidades precisam também ser percebidas e avaliadas. A experiência geracional pode interferir nessa avaliação.

4. Percurso metodológico e campo empírico: as lutas no campo da saúde

A pesquisa que fundamenta este artigo é de natureza exploratória e qualitativa. Resulta de um desdobramento analítico da pesquisa de doutorado do autor (SILVA SOBRINHO, 2023), na qual foram investigadas as relações entre diferentes gerações políticas no âmbito das lutas sociais pelo direito à saúde. O campo empírico de tais lutas no Brasil, observadas num arco temporal que parte da redemocratização, passa pela criação e institucionalização do Sistema Único de Saúde e alcança as primeiras décadas do século XXI.

A escolha da saúde se mostrou particularmente adequada para observar a coexistência geracional porque se trata de uma luta extensa, na qual movimentos, organizações, profissionais, intelectuais, ativistas e atores institucionais atuam ao longo de diferentes conjunturas. A transformação da saúde em direito universal, a institucionalização do SUS, o crescimento das organizações da sociedade civil, a criação de instâncias participativas e a emergência das lutas por reconhecimento constituíram contextos distintos para a formação política dos atores.

A investigação articulou pesquisa documental e análise de experiências. Foram considerados registros de fóruns, reuniões, conferências, documentos e políticas públicas, buscando identificar nos materiais não apenas o conteúdo formal das reivindicações, mas os sentidos, quadros interpretativos e formas de ação presentes em diferentes momentos.

As fontes secundárias incluíram artigos, relatórios, documentos de arquivos e mídias produzidos ou protagonizados por atores do próprio campo. A elas foram acrescentadas entrevistas semiestruturadas. O objetivo não foi identificar gerações exclusivamente por idade, mas localizar os acontecimentos sociais e políticos que os próprios atores reconheciam como significativos para suas trajetórias de militância e ativismo¹.

Foram realizadas cinco entrevistas virtuais, associadas à análise de narrativas secundárias de outro ator do campo. O percurso identificou três configurações geracionais: uma geração formada no contexto da luta contra a ditadura e da Reforma Sanitária; outra cuja

¹ Embora frequentemente usados como sinônimos, militância e ativismo podem indicar modalidades distintas de engajamento político. A militância tende a ser associada a vínculos mais duradouros com partidos, sindicatos e organizações, enquanto o ativismo remete, com maior frequência, a formas mais flexíveis e horizontais orientadas por causas específicas (SALES; FONTES; YASUI, 2018, 2019). Essa distinção, contudo, não deve ser tomada de modo rígido. Em perspectiva geracional, importa observar como diferentes contextos de socialização política produzem disposições distintas em relação ao compromisso, à organização e aos repertórios de ação, permitindo tensões, aprendizagens e hibridizações entre gerações.

atuação se consolida entre os anos 1990 e 2000, fortemente relacionada às ONGs e às novas institucionalidades participativas; e uma geração mais recente, socializada politicamente sobretudo na segunda década dos anos 2000.

Aspectos éticos: A pesquisa que fundamenta este artigo foi aprovada pela Câmara de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), conforme Parecer nº 67-2022, Protocolo nº 66-2022, de 8 de agosto de 2022. O protocolo aprovado incluiu o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e previu sigilo e confidencialidade dos dados, bem como a possibilidade de interrupção da participação sem penalidade ou constrangimento.

Essas configurações não pretendem funcionar como divisões cronológicas rígidas. Constituem tipos analíticos capazes de tornar visíveis posições, experiências e estilos de ação que coexistem no interior da luta.

5. Três gerações em movimento: a luta pelo direito à saúde

5.1 A Reforma Sanitária: saúde, democracia e transformação social

A primeira configuração geracional remete aos atores politicamente formados durante a ditadura militar e mobilizados no ciclo de redemocratização. Para essa geração, os conflitos no campo da saúde aparecem profundamente relacionados à luta democrática e à crítica estrutural da sociedade brasileira.

As narrativas de Gastão Wagner e Lucia Souto são ilustrativas. A formação universitária, o movimento estudantil, as organizações de esquerda, o trabalho comunitário e o contato com a nascente Saúde Coletiva constituem espaços decisivos de socialização política. O campo profissional e o engajamento não aparecem separados: a militância participa da própria construção da identidade do sanitarista. A experiência histórica da ditadura estabelece um adversário político, enquanto a leitura marxista e os debates da Saúde Coletiva oferecem instrumentos para interpretar as desigualdades. A saúde é enquadrada simultaneamente como questão social, problema político e direito. Nesse contexto, a democratização não aparece apenas como alteração do regime político: ela se associa à democratização substantiva das condições de vida.

A expressão “Saúde é Democracia” condensa esse frame. As ações comunitárias, a produção intelectual, o movimento sanitário, o marco da 8ª Conferência Nacional de Saúde² e

² Realizada em Brasília, em março de 1986, a 8ª Conferência Nacional de Saúde constituiu um marco da Reforma Sanitária Brasileira ao afirmar a saúde como direito de cidadania e dever do Estado e ao defender a organização de um sistema público universal, integral, descentralizado e com participação social. Suas resoluções subsidiaram

a disputa constitucional convergem para um projeto capaz de relacionar direito universal à saúde e transformação democrática. A narrativa de Lucia Souto recupera justamente a conexão entre mobilização popular, Conferência de Saúde e institucionalização do direito universal na Constituição de 1988.

Do ponto de vista dos repertórios e formas de ação coletiva, essa geração combina mobilização comunitária, produção acadêmica, participação partidária, movimentos profissionais, articulação legislativa e, posteriormente, ocupação da gestão pública. Muitos de seus integrantes migram do ativismo para universidades, secretarias, serviços ou postos institucionais sem necessariamente abandonar as referências construídas na luta.

Essa passagem é sociologicamente importante. A institucionalização do SUS não extingue a geração da Reforma Sanitária. Ela modifica sua posição no campo. Os atores acumulam experiência, passam a ocupar novas instituições e tornam-se, eles próprios, portadores de uma memória e de uma herança política.

5.2 ONGs e participação institucional: a geração dos anos 1990 e 2000

A segunda configuração geracional emerge num cenário distinto. A democracia política já se encontra formalmente restabelecida, a Constituição reconhece a saúde como direito e o SUS passa pelo processo de institucionalização. Ao mesmo tempo, proliferam organizações da sociedade civil e novas agendas de mobilização.

As trajetórias de Simone Ferreira e Lula Ramires permitem observar esse contexto. As ONGs adquirem relevância como espaços de militância, produção de conhecimento, realização de projetos, formação de ativistas e interlocução com o Estado. No campo da saúde, a epidemia de HIV/Aids impulsiona organizações e articulações que combinam direitos, prevenção, cidadania e reconhecimento de sujeitos historicamente estigmatizados.

A geração não abandona o frame da universalidade do SUS. Contudo, atua num contexto em que fazer o direito constitucionalmente conquistado funcionar torna-se problema central. Participação, controle social e incidência sobre políticas públicas assumem importância crescente. Na trajetória de Simone Ferreira, a presença em conselhos e conferências aparece como característica marcante. Existe forte expectativa de que espaços participativos possibilitem monitorar políticas, dialogar com gestores, pressionar governos e intervir na formação das agendas públicas.

os debates da Assembleia Nacional Constituinte e contribuíram para a formulação do capítulo da saúde na Constituição Federal de 1988, particularmente do art. 196, que consagrou a saúde como “direito de todos e dever do Estado” (BRASIL, 1986; BRASIL, 1988, art. 196).

Consolida-se, portanto, um repertório de incidência institucional³. Conselhos, conferências, fóruns, frentes parlamentares, comissões e mecanismos de diálogo passam a integrar o fazer político dessa geração. A relação com o Estado não pode ser caracterizada simplesmente como cooptação ou oposição. É marcada simultaneamente por conflito, negociação e colaboração.

No caso das ONG/Aids, a ambivalência torna-se particularmente clara. Organizações atuam em parceria com governos na prevenção e na atenção, ao mesmo tempo em que pressionam o próprio Estado por recursos, serviços e políticas. Essa relação produz capacidades administrativas, conhecimento técnico e novas formas de profissionalização da militância.

Lula Ramires representa outro aspecto dessa geração. Sua localização política não decorre simplesmente da idade. Embora cronologicamente pudesse ser aproximado da geração anterior, seu próprio relato o situa em outra experiência histórica: a epidemia de Aids, a emergência da cidadania até então denominada LGBT e a expansão das ONGs são acontecimentos muito mais decisivos para sua identidade militante. O caso evidencia uma vantagem metodológica da noção de geração política: ela impede que o pesquisador classifique os atores exclusivamente a partir do ano de nascimento. O acontecimento socialmente significativo e sua interpretação pelos sujeitos tornam-se decisivos.

Também aparecem diferenças nos repertórios. Lula associa sua experiência a reuniões presenciais, assembleias, trabalho de base e ocupação das ruas. Ao confrontar essa trajetória com formas contemporâneas de ativismo digital, percebe uma mudança geracional nos ritmos da ação, nos processos decisórios e na própria sociabilidade militante.

É aqui que a coexistência geracional se torna visível como possibilidade de conflito: novas formas de mobilização podem ser vistas por atores mais antigos como frágeis ou excessivamente individualizadas; para atores mais jovens, aquelas formas anteriores podem parecer lentas, hierarquizadas ou pouco adequadas às condições atuais.

5.3 Reconhecimento, múltiplas militâncias e novos repertórios

A terceira configuração geracional corresponde aos atores que ingressam na ação coletiva principalmente na segunda década dos anos 2000. Encontram um SUS já consolidado

³ Nesse período ganhou proeminência o termo *advocacy*, entendido como um conjunto planejado de ações voltadas a influenciar decisões, agendas públicas, políticas e práticas institucionais em favor de determinada causa ou grupo social. No Brasil, sua incorporação ao vocabulário da sociedade civil esteve fortemente associada aos circuitos transnacionais de cooperação internacional e ao processo de consolidação e profissionalização das organizações não governamentais, sobretudo na década de 1990. Entre organizações e movimentos sociais brasileiros, *advocacy* passou a ser frequentemente traduzido como incidência política, especialmente nos campos dos direitos humanos, feminismo, meio ambiente, saúde e direitos sociais (LIBARDONI, 2000).

institucionalmente, embora permanentemente ameaçado, e recebem como legado os princípios de universalidade, participação e direito à saúde.

Esse ponto é fundamental: a geração mais recente não inicia sua militância inventando uma nova luta. Ela entra num campo sedimentado por conquistas, linguagens e instituições construídas anteriormente. Ao mesmo tempo, interpreta esse legado a partir de outra conjuntura. Questões de raça, gênero, sexualidade, território e juventude adquirem forte presença nos quadros interpretativos. As chamadas lutas por reconhecimento (TAYLOR, 2000; HONNETH, 2003) produzem novas formas de problematizar as desigualdades no acesso aos serviços e na própria experiência da saúde.

A trajetória de Fabiana Pinto é ilustrativa. O compromisso com o SUS se articula às lutas antirracistas, feministas e por direitos humanos. O princípio da universalidade não desaparece: é reinterpretado a partir das desigualdades que impedem grupos determinados de experimentar materialmente essa universalidade. Trata-se menos de substituir universalidade por particularismo do que de tensionar a universalidade pelo princípio da equidade. A linguagem dos direitos permanece como um quadro amplo, mas passa a ser modulada pelas diferenças sociais.

Essa característica aparece explicitamente quando Fabiana afirma que sua geração incorpora temas que já existiam, mas que possuíam menor centralidade quando as gerações anteriores estavam concentradas em questões estruturantes da criação e implementação do sistema. Não se trata, em sua percepção, de ruptura, mas de continuidade acompanhada da introdução de novas perspectivas.

Os repertórios também se modificam. Ferramentas de mobilização digital, redes sociais, novas linguagens comunicativas e formas de pressão on-line integram o cotidiano dos atores recentes. A comunicação não aparece apenas como veículo para uma mensagem já pronta; transforma as maneiras de produzir, circular e traduzir as próprias pautas.

Itana Scher também identifica mudanças nas formas de ação. Sátiras, paródias, escrachos e intervenções associadas às culturas juvenis tornam-se componentes de repertórios que contrastam com formas mais tradicionais de mobilização. Entretanto, talvez a característica mais interessante seja a multimilitância. Os atores circulam entre coletivos, movimentos, organizações, universidades, campanhas e instituições sem necessariamente construir sua identidade política em torno de uma filiação organizacional única. A geração mais recente aparece, na síntese da pesquisa, marcada por formatos menos hierárquicos e mais horizontalizados, articulando diferentes espaços e agendas.

Essa configuração encontra ressonância na análise de coletivos contemporâneos no Brasil, na qual novos formatos organizativos, maior horizontalidade e repertórios digitais são associados a uma reconfiguração do ativismo juvenil (GOHN, 2025). Em outro registro empírico, movimentos sociais de juventude rural reorganizam repertórios e relações institucionais diante de mudanças conjunturais, combinando demandas históricas com novas formas de mobilização (SILVA JÚNIOR; MOURA, 2023).

Na mesma direção, a análise do estallido chileno em conexão com a onda global de mobilizações dos anos 2010 destaca a emergência de formas de organização mais horizontais, flexíveis e articuladas em redes, bem como a centralidade das experiências subjetivas e expressivas de participação (PLEYERS, 2023). Esses movimentos também se caracterizam pela convergência entre diferentes pautas, identidades e trajetórias de engajamento e por novas formas de relação com a política institucional, compondo espaços nos quais distintas experiências militantes e gerações de ativistas podem se encontrar e interagir. Esses traços dialogam com os achados relativos à geração mais recente no campo da saúde, sem que sejam tomados aqui como atributos exclusivos de uma faixa etária ou de uma geração.

6. Coexistência geracional, continuidade e mudança

A comparação entre as três configurações permite retornar ao argumento central.

A primeira evidência é que uma luta social extensa não pode ser compreendida apenas por meio de uma sucessão de gerações. A geração da Reforma Sanitária permanece atuante depois da criação do SUS; a geração das ONGs continua presente quando emergem coletivos e ativismos digitais; jovens ativistas participam de conselhos e conferências criados pelas gerações precedentes.

Essa coexistência impede uma interpretação linear segundo a qual o novo substitui o antigo. A própria noção de repertório adverte contra isso. Formas de ação possuem histórias, são transmitidas e podem ser reativadas. Apesar das variações e inovações, os movimentos sociais possuem uma história (TILLY, 2010). A perspectiva geracional permite observar os atores concretos pelos quais essa história é transmitida, reinterpretada e disputada.

Os dados mostram, de um lado, importantes continuidades. A defesa do caráter público e universal do SUS atravessa as gerações. As forças associadas à mercantilização da saúde aparecem recorrentemente como adversárias. Universidades, organizações da sociedade civil e experiências comunitárias também constituem espaços de socialização compartilhados.

De outro lado, encontram-se diferenças significativas. A geração da Reforma Sanitária apresenta relação mais orgânica com partidos e instituições profissionais; a geração seguinte

investe fortemente em ONGs e dispositivos de participação institucional; a geração contemporânea amplia a circulação entre diferentes espaços, incorpora pautas de reconhecimento e utiliza intensamente novas tecnologias de comunicação. Essas distinções evidenciam como posições geracionais diversas modulam formas de organização e ação sem dissolver o campo comum da luta pelo direito à saúde.

O que se transforma, portanto, não é necessariamente o núcleo normativo da luta, mas a maneira pela qual ele é interpretado e operacionalizado. Essa constatação permite propor que continuidade e mudança não são polos excludentes. A continuidade pode ocorrer por meio da transformação. Um princípio sobrevive justamente porque recebe novos significados.

O caso da relação entre universalidade e equidade é expressivo. A geração que lutou pela constitucionalização da saúde como direito universal enfrentava um sistema que excluía grandes parcelas da população. As gerações posteriores recebem essa universalidade como princípio institucionalizado, mas se deparam com desigualdades persistentes que tornam seu usufruto diferenciado. Raça, gênero, sexualidade, território e idade passam então a qualificar o significado concreto da igualdade.

Dessa forma, a pluralização das agendas não deve ser automaticamente interpretada como fragmentação. Pode significar a ampliação da capacidade interpretativa de uma luta social. A pesquisa mostra que o frame dos direitos e da democracia atravessa as diferentes gerações, ao mesmo tempo em que recebe novos conteúdos. Nas gerações mais recentes, a noção de interseccionalidade (CRENSHAW, 1991; COLLINS; BILGE, 2021; COLLINS, 2022, 2024) surge inclusive como possibilidade de articular diferenças sem hierarquizá-las.

No campo brasileiro, estudo recente sobre o movimento feminista negro de Belo Horizonte evidencia essa articulação entre repertórios e reconhecimento ao identificar a combinação de protesto e ação direta, participação institucionalizada, ocupação de cargos na burocracia e representação eleitoral em uma agenda interseccional (SILVA; BRONZO; BRASIL, 2024).

O processo pode ser entendido como alinhamento intergeracional de frames: gerações diferentes preservam quadros abrangentes, mas negociam os diagnósticos, as ênfases e as linguagens através dos quais eles serão atualizados. Algo semelhante ocorre com os repertórios. A reunião, a assembleia e a manifestação de rua não desaparecem diante das redes digitais; passam a coexistir com elas. Conselhos e conferências não são necessariamente abandonados, ainda que seu significado seja reavaliado. Atores mais jovens podem criticá-los e, simultaneamente, utilizá-los quando percebem uma oportunidade de incidência.

Isso nos permite retornar à questão das oportunidades políticas. Não basta identificar objetivamente a existência de uma instituição. É necessário investigar como diferentes gerações a percebem. Para uma geração que viveu sob um regime autoritário, uma conferência aberta à participação da sociedade civil pode condensar uma conquista democrática. Para quem nasceu num regime no qual conferências e conselhos já existiam, a mesma instituição pode ser avaliada principalmente a partir de sua eficácia, burocratização ou capacidade real de decisão. O objeto é o mesmo. A experiência histórica do objeto, não.

A perspectiva geracional também chama atenção para relações de poder. A coexistência não significa equilíbrio. Gerações anteriores frequentemente acumulam posições institucionais, reconhecimento público, conhecimento das regras e acesso a recursos. As gerações mais recentes podem dispor de maior familiaridade com tecnologias, linguagens emergentes ou novas redes, mas possuir menos poder organizacional. O encontro intergeracional envolve, portanto, processos de transmissão e aprendizado, mas também hierarquias e disputas sobre autoridade.

Essas observações afastam a categoria geração de qualquer interpretação meramente culturalista. As diferenças geracionais não se reduzem a estilos, gostos ou tecnologias utilizadas. Elas estão relacionadas às posições ocupadas pelos atores em processos históricos concretos, às instituições disponíveis em seus momentos de socialização e às formas de poder acumuladas ao longo das trajetórias.

É nesse sentido que os movimentos sociais podem ser definidos como **arenas de coexistência geracional**: espaços históricos nos quais atores portadores de diferentes experiências temporais interagem em torno de conflitos comuns e participam da produção, transmissão e modificação dos sentidos e dos modos de fazer a luta.

Os resultados sugerem ainda uma dimensão que, provisoriamente, pode ser denominada agência generativa. Com a expressão, pretende-se chamar atenção para a capacidade dos atores situados em diferentes gerações políticas de operar sobre os legados acumulados de uma luta social, apropriando-se, transmitindo, recusando ou ressignificando quadros interpretativos, repertórios, linguagens e formas organizativas herdados. Mais do que uma categoria acabada, a noção constitui aqui uma pista analítica derivada dos achados da pesquisa, a ser aprofundada em investigações posteriores sobre os processos intergeracionais de continuidade e mudança na ação coletiva. Nesse sentido, seu caráter generativo não deve ser confundido com uma prerrogativa das gerações mais jovens: gerações precedentes também podem atualizar seus próprios legados diante de novos contextos, assim como atores mais recentes podem recuperar e reativar formas de ação anteriormente construídas.

7. Considerações finais

Este artigo procurou demonstrar que a categoria geração oferece possibilidades ainda pouco exploradas nos estudos sociológicos dos movimentos sociais. O argumento não é que as teorias existentes tenham ignorado a temporalidade. Repertórios são historicamente construídos; oportunidades políticas variam no tempo; identidades e frames são processuais. O que a perspectiva geracional acrescenta é uma forma de conectar essas transformações aos atores concretos que atravessam diferentes tempos de uma mesma luta.

A partir de Mannheim, geração deixa de ser sinônimo de idade e passa a designar uma forma específica de localização histórico-social. A noção de unidades geracionais, por sua vez, impede que essa localização seja tratada como determinante de comportamentos homogêneos. Colocada em diálogo com Melucci, essa abordagem mostra que a identidade coletiva não pressupõe uma única experiência histórica. Atores podem participar da mesma luta, reconhecer adversários compartilhados e defender objetivos comuns enquanto mantêm interpretações e experiências geracionais distintas.

O diálogo com Goffman, Snow e Benford permite avançar sobre os processos interpretativos. Se frames constituem formas coletivas de diagnosticar problemas, formular soluções e motivar a ação, sua produção pode ser examinada também à luz das posições geracionais dos atores. Por fim, Tilly contribui para conectar geração e repertório. Repertórios são produtos históricos aprendidos e transmitidos. Quando gerações coexistem, diferentes estoques de experiência e diferentes avaliações sobre a eficácia das formas de ação também coexistem. O resultado pode ser reprodução, conflito, combinação ou inovação.

A análise das lutas pelo direito à saúde mostrou empiricamente essa dinâmica. A geração da Reforma Sanitária conecta saúde, democracia e transformação social; a geração formada nas décadas de 1990 e 2000 amplia as formas organizativas da sociedade civil e investe nos espaços institucionais de participação; gerações mais recentes recebem esses legados e os ressignificam à luz das lutas por reconhecimento, da interseccionalidade, de novas formas associativas e das tecnologias contemporâneas.

Não há, entretanto, uma sequência em que cada geração elimina a anterior. As três coexistem e essa coexistência permite compreender como movimentos sociais preservam memórias ao mesmo tempo em que alteram suas práticas; como velhos repertórios podem reaparecer em novos contextos; como frames abrangentes sobrevivem por meio da ressignificação; e como conflitos internos podem constituir não um sinal de dissolução, mas um mecanismo de produção de novas sínteses.

Propõe-se, portanto, que a análise sociológica de movimentos sociais incorpore mais sistematicamente perguntas de natureza geracional: quais acontecimentos formaram politicamente seus atores? Que experiências são narradas como constitutivas de cada geração? Que legados recebem? Quais rejeitam? Como diferentes gerações interpretam o mesmo contexto político? Que repertórios consideram eficazes ou legítimos? Como ocupam posições de autoridade e como transmitem recursos, conhecimentos e memórias?

Essas questões não substituem as relacionadas a classe, raça, gênero, sexualidade, território ou organização. Ao contrário, a perspectiva geracional deve articular-se a elas. Sua contribuição específica é revelar como essas posições são experimentadas em diferentes temporalidades históricas. Se movimentos sociais são constituídos por atores que produzem a história ao mesmo tempo em que são formados por ela, também são constituídos por gerações que chegam, permanecem e interagem carregando distintas experiências do passado e expectativas acerca do futuro.

Por seu caráter exploratório e pelo número restrito de trajetórias examinadas, a análise não pretende oferecer uma periodização exaustiva das lutas sociais em saúde nem generalizar seus achados para outros movimentos. O caso funciona como terreno heurístico para explicitar mecanismos de coexistência, transmissão e ressignificação geracional que demandam comparação sistemática em outros campos e ciclos de mobilização.

Uma agenda derivada desta análise consiste, portanto, em investigar mais sistematicamente essa dimensão generativa da agência: os processos pelos quais diferentes gerações políticas não apenas recebem, mas selecionam, reelaboram e produzem os legados que constituem a historicidade dos movimentos sociais. O refinamento dessa hipótese exige investigações posteriores, preferencialmente comparativas, capazes de observar em outros movimentos e ciclos de mobilização as condições sob as quais a transmissão intergeracional produz continuidade, ressignificação, conflito ou inovação.

Nesse sentido, compreender um movimento social significa perguntar não apenas quem são seus atores e o que reivindicam, mas também de quais tempos sociais eles partem quando interpretam o presente e imaginam o futuro. É nessa acepção que os movimentos sociais podem ser sociologicamente compreendidos como arenas de coexistência geracional.

Declarações

Contribuição de autoria: André Luiz da Silva Sobrinho: conceitualização, metodologia, investigação, redação - rascunho original, redação - revisão e edição.

Conflito de interesses: O autor declara não haver conflito de interesses.

Declaração de disponibilidade de dados: As fontes documentais e bibliográficas utilizadas estão identificadas e referenciadas no artigo. Os registros das entrevistas semiestruturadas não são disponibilizados publicamente, em razão dos compromissos de sigilo e confidencialidade previstos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aprovados pela Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio (Parecer nº 67-2022; Protocolo nº 66-2022). Eventuais solicitações de acesso deverão observar os limites estabelecidos pelo consentimento dos participantes e pela aprovação ética da pesquisa.

Referências

- ALONSO, Angela. "Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito". **Sociologia & Antropologia**, vol. 2, n. 3, pp. 21-41, 2012.
- BALANDIER, Georges. "Pais e filhos, primogênitos e caçulas". In: BALANDIER, Georges. **Antropo-lógicas**. São Paulo: Cultrix, 1977, pp. 67-114.
- BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. "Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment". **Annual Review of Sociology**, vol. 26, pp. 611-639, 2000. DOI: 10.1146/annurev.soc.26.1.611.
- BOURDIEU, Pierre. "A juventude é apenas uma palavra". In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, pp. 112-121.
- BRASIL. **8ª Conferência Nacional de Saúde: relatório final**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1986.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. "Introduction: A Global Dialogue on the Pandemic". In: BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey (eds.). **Social Movements and Politics During COVID-19: Crisis, Solidarity and Change in a Global Pandemic**. Bristol: Bristol University Press, 2022, pp. 1-14. DOI: 10.2307/j.ctv2qnx5gh.4.
- BRITTO DA MOTTA, Alda. "As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento". **Cadernos Pagu**, n. 13, pp. 191-221, 1999.
- BRITTO DA MOTTA, Alda. "Sociabilidades possíveis: idosos e tempo geracional". In: PEIXOTO, Clarice Ehlers (org.). **Família e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004, pp. 109-144.
- BRITTO DA MOTTA, Alda. "Idade e preconceito". In: WOLFF, Cristina Scheibe; FÁVERI, Marlene de; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (orgs.). **Leituras em rede: gênero e preconceito**. Florianópolis: Mulheres, 2007, pp. 131-146.
- BRITTO DA MOTTA, Alda; WELLER, Wivian. "Apresentação: a atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológica". **Sociedade e Estado**, vol. 25, n. 2, pp. 175-184, 2010. DOI: 10.1590/S0102-69922010000200002.
- COE, Anna-Britt. "The Formation and Consequences of Political Generations in Social Movements: Cases of Feminist Activism in Ecuador and Peru". **Sociological Forum**, vol. 38, n. 4, pp. 1288-1310, 2023. DOI: 10.1111/socf.12968.
- COE, Anna-Britt. "Time as a Resource for Constructing Long-term Visions among Two Generations of Feminist Activism in Peru and Ecuador". **Sociological Perspectives**, vol. 67, n. 4-6, pp. 376-394, 2024. DOI: 10.1177/07311214241275040.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica**. São Paulo: Boitempo, 2022.

COLLINS, Patricia Hill. **Intersecções letais: raça, gênero e violência**. São Paulo: Boitempo, 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. "Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color". **Stanford Law Review**, vol. 43, n. 6, pp. 1241-1299, 1991.

DEBERT, Guita Grin. "A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade". In: BARROS, Myriam Moraes Lins de (org.). **Velhice ou terceira idade?**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 49-69.

EISENSTADT, Shmuel Noah. **De geração a geração**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmem. "O conceito de geração nas teorias sobre juventude". **Sociedade e Estado**, vol. 25, n. 2, pp. 185-204, 2010. DOI: 10.1590/S0102-69922010000200003.

FEIXA, Carles. **De la generación@ a la #generación: la juventud en la era digital**. Barcelona: NED Ediciones, 2014.

FRIEDMAN, Elisabeth Jay; RODRÍGUEZ GUSTÁ, Ana Laura. "Welcome to the Revolution: Promoting Generational Renewal in Argentina's Ni Una Menos". **Qualitative Sociology**, vol. 46, pp. 245-277, 2023. DOI: 10.1007/s11133-023-09530-0.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

GOHN, Maria da Glória. "Coletivos: novas formas de expressão dos jovens no associativismo contemporâneo no Brasil". **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, vol. 25, n. 1, e46254, 2025. DOI: 10.15448/1984-7289.2025.1.46254.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

LIBARDONI, Marlene. "Fundamentos teóricos e visão estratégica da advocacy". **Revista Estudos Feministas**, vol. 8, n. 2, pp. 207-221, 2000.

MANNHEIM, Karl. "The Sociological Problem of Generations". In: MANNHEIM, Karl. **Essays on the Sociology of Knowledge**. London: Routledge & Kegan Paul, 1952, pp. 286-312.

MANNHEIM, Karl. "O problema sociológico das gerações". In: FORACCHI, Marialice Mencarini (org.). **Karl Mannheim: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1982, pp. 67-95.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. "Para mapear o confronto político". **Lua Nova**, n. 76, pp. 11-48, 2009.

MELUCCI, Alberto. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos, 1999.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MÜLLER, Elaine. "Repensando a problemática da transição à adultez: contribuições para uma antropologia das idades". **Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais**, n. 31, pp. 107-126, 2009.

PLEYERS, Geoffrey. "El estallido chileno a la luz de la década global de los movimientos sociales". **Polis**, vol. 22, n. 65, pp. 333-370, 2023. DOI: 10.32735/S0718-6568/2023-N65-1868.

PLEYERS, Geoffrey. **El cambio nunca es lineal: movimientos sociales en tiempos polarizados**. Buenos Aires: CLACSO, 2024.

SALES, André Luis Leite de Figueirêdo; FONTES, Flávio Fernandes; YASUI, Silvio. "Para (re)colocar um problema: a militância em questão". **Temas em Psicologia**, vol. 26, n. 2, pp. 565-592, 2018. DOI: 10.9788/TP2018.2-02Pt.

SALES, André Luis Leite de Figueirêdo; FONTES, Flávio Fernandes; YASUI, Silvio. "Militância e ativismo no Brasil depois de Junho de 2013: entre repertórios, estratégias e instituições". **Revista Psicologia Política**, vol. 19, n. 45, pp. 154-169, 2019.

SILVA, Mônica de Cássia Costa; BRONZO, Carla; BRASIL, Flávia de Paula Duque. "Movimento feminista negro, ação coletiva e incidência em políticas públicas". **Revista Estudos Feministas**, vol. 32, n. 2, e90114, 2024. DOI: 10.1590/1806-9584-2024v32n290114.

SILVA JÚNIOR, Marcos Aurélio Freire da; MOURA, Joana Tereza Vaz de. "Mas a arte da juventude é resistir!: a reorganização coletiva dos movimentos sociais de juventude rural e a criação da Plataforma de Lutas da Juventude". **Polis**, vol. 22, n. 65, pp. 22-63, 2023. DOI: 10.32735/S0718-6568/2023-N65-1860.

SILVA SOBRINHO, André Luiz da. **Gerações em movimento: um olhar sobre as lutas sociais pelo direito à saúde**. 2023. 266 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/62460/62460.PDF>. Acesso em: 9 out. 2026.

SNOW, David A.; BENFORD, Robert D. "Master Frames and Cycles of Protest". In: MORRIS, Aldon D.; MUELLER, Carol McClurg (eds.). **Frontiers in Social Movement Theory**. New Haven: Yale University Press, 1992, pp. 133-155.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TAYLOR, Charles. "A política do reconhecimento". In: TAYLOR, Charles. **Argumentos filosóficos**. São Paulo: Loyola, 2000, pp. 241-274.

TILLY, Charles. "Movimentos sociais como política". **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3, pp. 133-160, 2010.

TOMIZAKI, Kimi. "Transmitir e herdar: o estudo dos fenômenos educativos em uma perspectiva intergeracional". **Educação & Sociedade**, vol. 31, n. 111, pp. 327-346, 2010. DOI: 10.1590/S0101-73302010000200003.

TOURAINÉ, Alain. **Sociología de la acción**. Barcelona: Ariel, 1969.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.